

Empregos: quantidade versus qualidade

» JOSÉ PASTORE

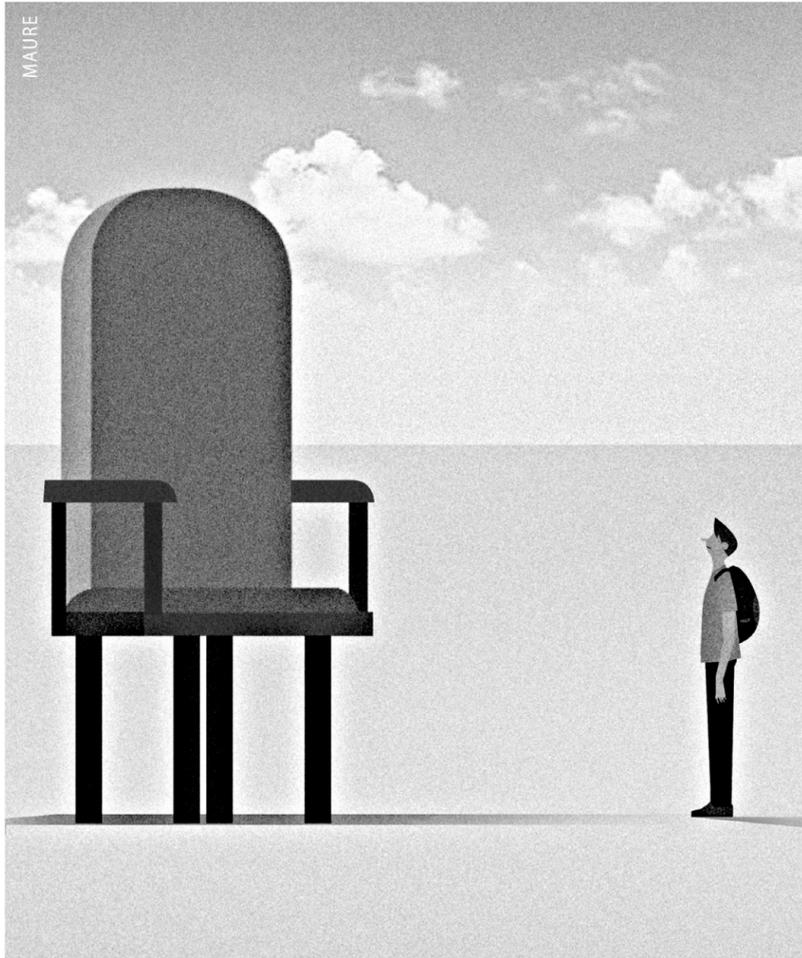
Professor da Universidade de São Paulo (USP), presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras

O mercado de trabalho brasileiro vem trazendo boas surpresas a cada mês. Tudo indica que o Brasil chegue a 1,9 milhão de novos empregos formais em 2024. Parte desses avanços é creditada à reforma trabalhista de 2017, que teve por objetivo criar condições mais favoráveis para a contratação de empregos formais com as devidas proteções sociais. Outra parte é atribuída ao aquecimento de setores específicos da economia brasileira em 2024, em especial, os serviços, a construção civil, o agronegócio e a administração pública.

O salário médio habitual também vem subindo de forma expressiva — 4,5% ao ano. Em 2024, cerca de 90% dos salários estão recebendo reajustes acima da inflação. Muitos trabalhadores pedem demissão estimulados pelas oportunidades de melhores salários oferecidos no mercado. Mesmo com toda essa melhoria, ainda é enorme o contingente de brasileiros que trabalham na informalidade, com baixos salários e sem proteções.

Para a análise da qualidade dos empregos, Bruno Ottoni construiu um índice que leva em conta o salário, a estabilidade, a rede de proteções legais e as condições de trabalho de cada trabalhador. Com base nesse índice, ele constatou que, entre 2020 e 2023, a qualidade do emprego piorou tanto para os homens quanto para as mulheres. A mesma tendência se observa para os que têm 24 anos e menos.

Os empregos (e outros trabalhos) de má qualidade se formalizam no segmento informal. Apesar de a formalização ter crescido nos últimos anos, o Brasil tem cerca de 40 milhões de pessoas que trabalham na informalidade. Esse



MAURE

é um problema crônico que tem vários determinantes. Entre eles, destacam-se a má qualidade dos postos de trabalho e a baixa qualificação dos trabalhadores.

A má qualidade dos postos de trabalho está ligada à profusão de atividades simples e até rudimentares da grande maioria das nossas ocupações. São os casos de balconista, entregador, ajudante de cozinha, empregadas domésticas, lavadores etc. Isso, por sua vez, decorre da nossa estrutura de produção que, historicamente, sempre foi concentrada nos pequenos serviços urbanos e rurais, na construção civil, no transporte e

na armazenagem e outras que pagam baixos salários e têm alta rotatividade. Cerca de dois terços da força de trabalho do Brasil está nessa situação.

A baixa qualificação dos trabalhadores reflete a pobreza do nosso ensino em todos os níveis. Na força de trabalho, cerca de 75% são trabalhadores que vão do analfabetismo a, no máximo, o ensino médio. E quando se analisam os últimos dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), constata-se a permanência de uma qualidade de ensino extremamente precária.

Em suma, a combinação de trabalho e de trabalhador de má qualidade (em termos educacionais) explica porque há tanta gente na informalidade. Esse quadro é muito preocupante, mesmo num quadro de aquecimento e melhoria do trabalho formal como ocorre nos dias atuais. Trabalho informal significa má qualidade de vida, baixa capacidade de consumo, ausência de contribuições sociais, agravamento das finanças previdenciárias e explosão da demanda por assistência social. Em 13 estados, os brasileiros vivem mais da renda do Bolsa Família do que da renda do trabalho.

Ou seja, o mercado de trabalho aquecido é um bom sinal, mas ele camufla o problema da informalidade que assume uma proporção gigantesca no Brasil. É um problema que não se resolve em um mandato de governo e muito menos com bravatas discursivas dos governantes. A sua solução demandará tempo e políticas públicas que estimulem a diversificação da nossa estrutura produtiva em direção a atividades mais complexas e à melhoria substancial de todos os níveis de ensino.

UnB: momento de diálogo e planejamento

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), onde é pesquisador do Núcleo de Estudos do Futuro

» FERNANDO OLIVEIRA PAULINO

Professor da UnB e presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC)

A partir de 1985, docentes, técnicos(as) administrativos(as) e estudantes têm debatido e contribuído diretamente com os rumos da gestão da Universidade de Brasília (UnB) por meio do processo de consulta para a definição da Reitoria. Desde a redemocratização, houve 11 processos eleitorais para a definição do(a) reitor(a) e do(a) vice-reitor(a). O mais recente deles terminou ontem, 5 de setembro, e teve uma expressiva vitória da chapa composta por Rozana Naves (reitora) e Márcio Muniz (vice-reitor) nos dois turnos da Consulta à Comunidade Acadêmica, que, certamente, a exemplo das outras eleições, será referendada pelo Conselho Universitário da UnB.

É importante reconhecer a inspiração, a motivação e a energia das três professoras que se submeteram à consulta: Olgamir Amância Ferreira, Rozana Reigota Naves e Fátima Sousa. Igualmente, vale registrar o trabalho da reitora Márcia Abrahão de Moura e sua equipe na missão de manter a UnB entre as mais importantes do país. É importante levar em conta que, nos últimos oito anos, vivemos um momento muito difícil para a educação pública no Brasil, particularmente no ensino superior. Espera-se que não haja rompimento na prática historicamente desenvolvida, o que poderia dificultar a caminhada da UnB para as boas práticas nas normas de seu funcionamento e no planejamento para o futuro.

Os meses que antecederam à consulta foram

palco de debates para o avanço da UnB como uma universidade necessária, concebida pelos seus idealizadores, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Esses debates foram importantes pela mobilização de grupos de dentro e de fora da universidade para que a instituição tenha condições de realizar sua missão educativa. Nos próximos anos, certamente teremos avanços nos fluxos e procedimentos. Essa transformação é vital para o avanço e a qualidade do ensino, pesquisa e extensão na nossa universidade.

A UnB nessa nova gestão terá grandes desafios. Entre eles, frear a evasão de seus estudantes, alimentando as suas motivações e ampliando a assistência estudantil para garantir a permanência de estudantes de baixa renda na universidade. A cultura universitária de seus estudantes deverá ser estimulada por meio de disciplinas e eventos que sejam interdisciplinares. Será muito importante ampliar os espaços culturais e espaços de diálogos construtivos, como a recente iniciativa do Tribuna Livre pela Paz, uma parceria do Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares (CEAM) com a União Planetária (UP). A valorização do segmento técnico-administrativo deve ser prioritária, tanto no plano de carreira quanto na atualização de seus salários, que não acompanham o custo de vida cotidiano. Situação semelhante acontece com os docentes ativos e aposentados.

A importância do papel da universidade e

seu protagonismo na melhoria do ensino básico é fundamental para termos uma educação pública de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros. O próximo período de gestão deverá amplificar vínculos dentro e fora da comunidade universitária, com atividades científicas, culturais e esportivas realizadas com programação planejada, dialogada e bem estruturada.

Também merece destaque para o futuro da universidade a necessidade de mais integração entre as iniciativas ligadas à comunicação, à informação e à computação, estabelecendo mais acesso ao conhecimento e cooperação na gestão da informação, da memória e do conhecimento. Nesse caso, seria importante também ter a participação da Secretaria de Comunicação, da UnBTV, da Editora UnB e das bibliotecas dos quatro campi, bem como discutir ações colaborativas para integrar a rede da universidade com a malha social. Podemos utilizar para isso o site e outros canais da UnB como espaços de interação e promoção de medidas de divulgação científica e comunicação pública, atendendo ao que preconizam as leis da transparência e de acesso à informação.

Outro ponto importante para o futuro da UnB é a valorização do seu patrimônio material e imaterial, com manutenção da estrutura com ambientes adequados e, principalmente, com o envolvimento das pessoas em processos de execução e avaliação das ações.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Sem rasgar seda

Um dos pilares mais importantes a sustentar e dar impulso ao livre empreendedorismo, ao contrário do que muitos imaginam, não está na economia propriamente dita, mas na política. É na política, e mais precisamente nas liberdades plenas de expressão e de manifestação, que estão contidas as condições necessárias para o deslanche das atividades empresariais. Pontuo aqui aquelas atividades empresariais que não usam o governo como muleta para seus negócios ou a ele se associam para burlar princípios básicos da ética pública.

O que temos visto, lido e ouvido nestes últimos anos é uma sucessão enorme de escândalos envolvendo empreiteiras, frigoríficos e outras empresas nas negociatas do governo, sempre com prejuízos para os pagadores de impostos e lucros fabulosos para os envolvidos nessas operações escusas. A certeza da impunidade serve ainda para impulsionar essas atividades fora da lei, mostrando aos maus empresários e a todos aqueles que caem nessa cantilena das sereias que esse é o caminho mais fácil para o sucesso. Obviamente, para a grande parcela dos empresários que querem distância dessas facilidades promíscuas, a vida aqui no Brasil está repleta de desafios de toda ordem, a começar pelo grande volume de encargos, que acaba roubando parte do lucro suado.

O nome de uma empresa é seu grande capital. A questão é que é preciso refletir muito quando se observa que, por suas características políticas, perseguem ainda a ideia anacrônica de que o Estado — no caso, o governo — é o principal indutor da economia, e que o estatismo é a solução para a economia do país. O estatismo resolve os problemas dos políticos, e não da política nacional de desenvolvimento.

Dias atrás, um frentista, desses que sentem a cada instante o cheiro de gasolina e álcool, ensinou a um freguês engratado e cheio de certezas que o preço alto dos combustíveis não está necessariamente em nenhum arranjo de mercado ou algo parecido, mas reside no simples fato de que a empresa que produz esse produto não passa de um enorme cabide de empregos. Políticos e apaniguados que nada entendem do setor de petróleo. Difícil contestar.

A situação do livre empreendedorismo no Brasil pode escalar para um patamar ainda mais complicado quanto mais se estreitarem as relações do Brasil com as economias representadas no Brics, principalmente quando a China passar a dar as cartas abertamente dentro desse clube. Deixar de lado os Estados Unidos, em que as leis estão acima de todos e as empresas não estão submetidas às vontades de governo, para se juntar a países em que os líderes políticos pairam sobre todos, inclusive acima das leis, será ruim para as nossas empresas.

Na China e na Rússia, assim como em todas as ditaduras, as empresas estão submetidas às diretrizes de governo e agem em acordo com essas diretrizes dentro e fora do país. A notícia de que o Brics está prestes a lançar uma moeda própria — cujo objetivo vai além da economia, visando sobretudo desafiar politicamente o dólar americano e, com isso, resolver os problemas de bloqueio enfrentado pela Rússia, favorecendo ainda a China em sua ânsia de dominar os EUA — é ruim para nosso país. Entramos nessa disputa, matizada com as cores do comunismo, acreditando que sairemos fortalecidos economicamente, mesmo às custas de destruir as empresas nacionais.

Mais do que um bloco econômico, o Brics é um bloco político que visa destruir a maior economia livre do planeta, os EUA, substituindo o livre empreendedorismo regido por leis justas por empresas estatais, eivadas de corrupção, controladas por agentes do governo em nome de um partido único.

A ideia da nova moeda será debatida durante a cúpula do bloco que será realizada na China. É preciso lembrar que moedas trazem consigo a assinatura e o seguro de políticas fiscais e monetárias, além, é claro, de desafios gigantescos de ordem cultural e geopolítica. O governo brasileiro insiste em desconhecer que geografia é destino ao pretender amarrar os destinos do Brasil a nações do lado do planeta que nada têm em comum com o nosso país. Basta responder com sinceridade às perguntas feitas pelo nosso presidente Lula sobre a rota da seda:

»A frase que foi pronunciada

“Nós vamos dizer: O que é que tem para nós? O que eu tenho com isso? O que eu ganho? Porque essa é a discussão.”

Lula, sobre a reunião da nova rota da seda

»História de Brasília

Ontem, durante nosso programa na TV Brasília, uma espectadora telefonou dizendo que a superquadra 105 estava sendo ajardinada porque o dr. Sette Câmara mora lá. Não é verdade, minha senhora. O dr. Sette Câmara mora onde deve morar o prefeito, no Riacho Fundo, que é muito bem arborizado e arborizado. (Publicada em 17/4/1962)